

COMUNICAÇÃO

A DANÇA AFRO PARA O ENSINO DAS AFRICANIDADES

Cícera Nunes

Universidade Federal do Ceará – UFC/Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Joseni Marcelino Ferreira

Universidade Regional do Cariri – URCA

Poliana dos Santos Oliveira

Universidade Regional do Cariri – URCA

RESUMO

Este trabalho discute a importância do redimensionamento da educação escolar visando combater o preconceito e as relações desiguais em sala de aula. Este é um resultado de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC) que destaca a importância do trabalho com os elementos de africanidades presentes no município de Juazeiro do Norte – CE. Teve como campo de análise os reisados juazeirenses, manifestação de matriz africana fortemente presente em toda a região do Cariri cearense. A presença desta manifestação cultural evidencia as africanidades; o reconhecimento dos seus valores civilizatórios abre caminhos para uma educação plural e democrática. A abordagem apresenta uma proposta pedagógica para o trabalho com a dança afro na educação básica o que contribuirá para o aprendizado da cultura, como também para a afirmação da identidade étnica das crianças e jovens negros/as. Esperamos estar contribuindo para a produção de conhecimento sistemático das culturas de base africana, uma vez que os dados levantados apontam que existe um desconhecimento da parte dos professores locais no que se refere a estas questões.

PALAVRAS-CHAVE: educação; dança afro; africanidades.

1. Introdução

A proposta pedagógica apresentada nesta pesquisa se assenta na utilização das danças de base africana como uma possibilidade de significar a identidade étnica dos afrodescendentes, como também promover a elevação de sua auto-estima e o aprendizado da cultura. Esse trabalho teve como elemento de análise os reisados juazeirenses, manifestação cultural de matriz africana fortemente presente nesta localidade. Nesses grupos, o trabalho com a dança é fundamental no processo de conscientização e socialização humana.

Neste sentido, a pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC apresenta o propósito de fazer uma discussão sobre a importância da inclusão dos conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente no

currículo da educação básica. As informações levantadas demonstram que ainda predominam nas escolas juazeirenses um currículo eurocêntrico, que desconsidera a contribuição de africanos e indígenas para a nossa formação histórica e social. Além disso, os professores encontram-se despreparados para lidar com essa temática, carecendo de formação específica para que possam desenvolver ações em âmbito escolar de combate ao preconceito e às práticas discriminatórias, contribuindo assim para a construção de uma sociedade onde todos se respeitem humanamente.

Dessa forma, fizemos um levantamento histórico dessa manifestação cultural mostrando que esta tem origem nas eleições de Reis de Congo realizadas no continente africano e que, com o processo de escravização, esta prática é transportada e ressignificada no contexto brasileiro. Buscamos assim, compreender a dinâmica dos valores da cultura africana que nos possibilite pensar uma educação plural e democrática, centrada nos valores étnico-raciais.

Acreditamos que um trabalho didático-pedagógico com estas danças abre possibilidades para a ressignificação da identidade étnica dos afrodescendentes, para o conhecimento e valorização da sua herança histórico-cultural, contribui no trabalho de elevação de sua autoestima e ainda, favorece o aprendizado da cultura.

Uma das contribuições relevantes deste trabalho se encontra na discussão do Reisado enquanto uma dança afro. Este é um tema relativamente novo, pouco pesquisado, visto que os processos de dominação da população negra no nosso país, desenvolveram estratégias de mascarar as suas práticas culturais, através principalmente da imposição religiosa.

Buscamos um referencial teórico que valoriza a história e cultura africana e afrodescendente, tendo como foco o trabalho de autores que se dedicam ao entendimento das danças de cortejo de matriz africana, como Barroso (1996), Martins (1997) e Lopes (2006), e que vêm estudando a História da África com foco para a formação das irmandades e do catolicismo de preto. Com a contribuição de Videira (2005), Alves (2006) e Sousa (2005), buscamos compreender qual o significado da dança no contexto das sociedades africanas.

No desenvolvimento desse trabalho contamos com o depoimento de professores que atuam em diferentes escolas, entre estaduais, municipais e particulares, desde a educação infantil até o ensino médio. Reproduzimos aqui parte dessas entrevistas que nos ajudaram a compreender como tem se dado o trabalho com os elementos de africanidades presentes nesta localidade e como a presença ou ausência destes conteúdos interferem na afirmação da identidade étnica das crianças e jovens negros/as que frequentam estas escolas. Além disso, as narrativas que se deram a partir da memória individual e coletiva dos atores sociais do reisado nos possibilitaram compreender a sua própria história de vida o que nos conduziu por um

caminhar em vários territórios pautados nas africanidades possibilitando um processo de reconstrução e de reavaliação do trabalho desenvolvido na educação básica deste município.

2. As origens do Reisado

A congada, dança dramática de base africana, surge a partir das eleições de Reis de Congo na África. Daí, a necessidade de revisitarmos à história africana para que possamos entender a origem dessa prática e como está é transportada para o Brasil. Esta manifestação faz parte do teatro urbano africano e das danças de cortejo, sendo esta uma característica marcante e comum a todas as danças e festas de catolicismo de preto. Vários autores/as têm destacado nos seus textos as origens africanas da congada: Souza (s/d), Barroso (1996), Martins (1997), Lopes (2006), Funes (*apud.* SOUZA, 2004).

Os povos africanos que habitavam a região sul do baixo rio Congo foram os primeiros povos da costa angolana a entrar em contato como os portugueses, em 1483. O interesse de Portugal neste primeiro momento estava voltado para a descoberta de um caminho marítimo que os levasse até as Índias e disseminar o trabalho de evangelização através da relação entre os reis e a igreja católica. É através dessa exploração, que os europeus entram em contato com os habitantes do Congo e após, algumas expedições dão início a um período de relações comerciais entre portugueses e congoleses, que tinha como principal interesse o desenvolvimento do comércio (SOUZA, s/d).

Com a conversão do rei do Congo *mani* Soyo ao catolicismo os missionários portugueses passam a ganhar outros adeptos e a realizar batismos, missas e interferir nos cultos tradicionais. No entanto, em 1575 fundam um núcleo de colonização na região sul, próximo a Luanda, numa área pertencente ao Congo, mas governada por chefes que se intitulavam de *ngola*, daí terem ficado conhecidos entre os portugueses como *Ngola*-reino de Angola.

No entanto, as relações com estes povos não foram amistosas como vinha acontecendo anteriormente, dando início a um longo período de guerras entre angolanos e portugueses que resultaram em muitos cativos que eram trazidos como escravos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar no Brasil. Estes povos originários da costa angolana, embora com práticas culturais bastante heterogêneas, receberam dos portugueses o nome genérico de bantos. As conseqüências desse conflito resultaram na transposição destes povos para o Brasil, que só se encerra em 1850 com a proibição do tráfico negreiro (SOUZA, *op. cit.*).

A expansão portuguesa pelo reino Congo resulta em uma batalha em 1666, onde os portugueses vencem as tropas do Rei de Congo, o então Dom Garcia Afonso II que morre durante a batalha. A partir de então, Portugal passa a ter domínio absoluto sobre estes povos e o título de Rei de Congo passa a ter um significado apenas formal (BARROSO, 1996).

Convém ressaltar que a escravização dos povos africanos pelos portugueses tem início muito anos antes da colonização brasileira. É a partir do século XV que Portugal em fase de expansão do seu poder geopolítico inicia sua expansão comercial sobre as regiões do Norte africano e da África Ocidental. Além disso, há toda uma interferência da igreja católica nestas expedições. Através de decretos, como o de 1452, onde o Papa Nicolau V, autorizava a tomada de terras descobertas nas navegações e a escravização dos africanos e todos os povos não-cristãos e o de 1493, onde se permitia a posse das terras encontradas na América e escravização das populações indígenas, tem-se início o processo de legalização do sistema escravista pela igreja católica. A produção da cana-de-açúcar inicia-se em Portugal e posteriormente é usada para manutenção da colonização brasileira, a partir dos conhecimentos da mão-de-obra africana (CUNHA Jr. 2007).

Assim é que a partir do aprisionamento de africanos para o Brasil estes povos passam a buscar novos laços sociais e passam a realizar a escolha de reis negros e festejos em sua honra como uma forma de adequar as suas tradições às instituições de origem européia. Segundo Souza (s/d, p. 66),

Na África, aqueles homens e mulheres estavam acostumados a ter chefes que os guiavam nos assuntos do dia-a-dia e nas relações com o mundo invisível. No Brasil, passaram a eleger líderes que, para os senhores desatentos, eram apenas uma figura simbólica.

Esta autora nos informa ainda que as referências mais antigas desses personagens no Brasil datam dos séculos XVII e XVIII, intitulados reis de nação, nomes que recebiam de acordo com o grupo do qual faziam parte, como os cassanjes, rebolos, angolas, e outros. A partir do século XIX passam a serem designados genericamente pelo nome de Reis de Congo. A utilização deste termo para todos os reis negros, apesar de muitos não serem originários daquela região, foi resultado na opinião de Souza (*op. cit.*, p.67):

[...] de um processo de constituição da identidade negra católica, que uniu os afro-descendentes de diferentes origens, à medida que as comunidades negras foram deixando as diferenças étnicas de lado e se integrando à sociedade brasileira, sempre como grupos dominados. Por ser o Congo o reino mais forte da região que ficou conhecida como Angola e devido o seu contato antigo com o catolicismo, foi este o título que se fixou como unificador dos líderes das comunidades negras.

Por outro lado, uma vez que os chefes do reino do Congo tinham relações de amizade com os portugueses desde finais do século XV e adotaram o catolicismo que lhe foi oferecido, os senhores e administradores coloniais aceitavam com mais facilidade que os afro-descendentes se organizassem em torno de um rei do Congo no Brasil e realizassem festejos em sua homenagem.

Para Martins (1997), as festas de coroação são, além de uma recriação das comemorações de eleição da África, uma das formas de manter vivo os costumes dos reis bantos, dando-se também através da reinterpretação dos signos religiosos cristãos. Autos e embaixadas são relatados por Cascudo, perfomados pelos Congados, com o objetivo de celebrar a memória e os feitos da guerreira Nzinga Nbandi, negra angolana que no século XVII resistiu ao domínio português.

O surgimento dos folguedos de reisado no Brasil está diretamente ligado às cerimônias realizadas nas irmandades, das celebrações de eleição do Rei de Congo, enquanto um meio de reterritorialização das formas ancestrais da organização social e ritual africana. Nas irmandades negras, ao lado das atividades religiosas os escravizados utilizavam o disfarce para inserir elementos da cultura africana.

Neste país, não se sabe exatamente onde teve origem o reisado, mas há hipótese deste ter surgido na zona açucareira - onde havia uma grande aglomeração de populações negras o que possibilitava o florescimento de traços culturais próprios - e posteriormente ter emigrado para o sertão onde se sedimentou.

No Ceará há registro de uma festa celebrada no século XVIII no dia 27 de dezembro pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, recebendo a denominação de reisado. Esta se tratava da coroação de um rei Cariongo e de uma rainha, em cortejo festivo, apresentação de “cantigas” e entremezes onde aparecia inclusive a negra Catirina, personagem que aparece na maioria dos reisados atuais (BARROSO, 1996).

3. Redimensionando a educação juazeirense: uma proposta para o ensino das africanidades

Videira (2006) destaca a importância da dança como uma forma de entrar em contato com os próprios sentimentos, de se relacionar com os sentimentos do grupo social do qual pertence, assim como de outras culturas, o que nos auxilia no processo de conhecimento e aprendizagem humana. Deste modo, compreendemos a necessidade de rompermos com uma concepção que trata a dança apenas como um espetáculo, negando a sua contribuição na

reconstrução da nossa identidade étnica. Na opinião de Alves (2006), constitui um desafio tratar sobre cultura africana e afro-brasileira numa sociedade predominantemente europeia, principalmente pelo fato de estarmos propondo uma outra lógica educativa, que não se encontra pautada em conteúdos formais e em processos pedagógicos previamente estabelecidos. Segundo esta autora,

Dançar, na cultura negra, não significa apenas executar movimentos de acordo com o ritmo tocado, significa, antes disso, um momento de sabedoria sobre a sua própria cultura, um encontro com sua história – não apenas a história de submissão, de escravo, mas principalmente a história de seus deuses, de seus reis e rainha, do seu povo, dos seus ancestrais (*id. ibid.*, p. 10).

Videira (2006) chama a atenção para o fato de que homem, movimento e dança estão intimamente relacionados. A autora parte da consideração de que dança enquanto movimento sempre fez parte da existência humana. Através de atividades como andar, correr, a guerra, a paz, o casamento, os funerais, a sementeira, a colheita, percebemo-la como integrante da vida, viver significa dançar.

A vida dança antes mesmo de qualquer vegetal ou animal surgir no planeta. A terra dança em torno do Sol, como os astros, meteoros, cometas. A dança é parte integrante da vida plena do universo, da luz, do vento e da chuva. Tudo está em movimento, as matérias dançam um seqüência cósmica (*id. ibid.*, p. 210).

Sobre esta questão Peregrino (2001, p. 136) coloca que: “[...] da mesma forma que nos movimentamos para aprender, a qualidade dos nossos movimentos é fruto da nossa história de vida, que cabe à escola recuperar e sistematizar”. Para atender às suas necessidades de expressão e comunicação, o ser humano sempre fez uso da dança. “Portanto, é através deste corpo, e não apenas pelo intelecto, que o homem entra em contato com o mundo” (*id. ibid.*, p. 137).

Ainda em conformidade com o posicionamento desta autora, tem-se que: “[...] a dança, com suas manifestações extremamente diversificadas, é uma linguagem culturalmente construída e, como tal, impregnada de significações que retratam a história das relações do homem com o meio - natural e social – em que vive” (*ibidem*, p. 135). No entanto, estamos habituados a pensar a dança apenas como uma atividade agradável. A escola, de uma forma geral, não consegue estabelecer a relação entre dança e educação, enquanto uma atividade essencial para o desenvolvimento integral do ser humano.

A separação entre corpo e mente, emoção e razão sempre estiveram presentes no meio educacional a partir do desenvolvimento de uma concepção de educação que privilegia

as capacidades cognitivas em detrimento do conhecimento que se dá na dimensão sensório-corporal. Por outro lado, a mídia tem atuado como formadora de valores e atitudes. Não podemos ignorar a sua presença e influência na vida dos jovens em nossa sociedade. Esta tem ficado presa a um modelo de dança estereotipado, fabricado artificialmente, voltada para a imitação de modelos que interferem na percepção da dança como parte importante do processo de construção do conhecimento, enquanto uma linguagem que traduz a nossa diversidade social e cultural. Essa preocupação se expressa nas falas dos entrevistados:

Na nossa escola a preocupação nossa é buscar, é manter viva essa coisa. Nós temos uma mídia muito terrena, uma mídia aí que você sabe que é forte. A internet que é prazerosa, mas tá bloqueando uma coisa que é a vivência da cultura. A própria garotada deixando de vivenciar a sua própria cultura pra passar o dia todinho na frente do computador. Então, nós temos que manter viva essa nossa raiz cultural (PROFESSOR DE ARTE).

Há muito [...] sei lá, quando a Mestre Margarida montou esse reisado, e agora cultura não é valorizado aqui. Cultura pro povo daqui é banda de forró, Calcinha Preta, Calypson, e etc. (INTEGRANTE DO REISADO).

Com essa vinda da globalização, que eu acho que isso é coisa da globalização, de chegar e impor essa cultura de pagar cachê e valorização foi que ficou essa coisa meio dos grupos ficarem dizendo, 'só vou por tanto'. Mas antigamente não tinha isso não, eu via que em qualquer renovaçãozinha tinha um reisado. Essa questão do abrimento da porta pra que o reisado entre na casa, que é uma coisa que eles não fazem mais hoje. Eu ainda prefiro os grupos mais originais, até os menos aparelhados, que você ainda vê até nos cânticos e nos entremeios, há uma coisa mais original, uma coisa mais [...] Que não tem muito brilho, não tem muito luxo, mas a gente ver a originalidade do grupo (ARTISTA POPULAR).

A fragmentação e descaracterização da cultura advinda das classes mais pobres da sociedade se dão em decorrência da indústria cultural que impõe determinados valores visando transformá-los em espetáculos em nome da urbanização e do investimento turístico, que se dá tanto no campo cultural como no econômico. Com isto, estes grupos acabam perdendo suas particularidades em função de uma indústria do consumo. “Ao se produzir o espetáculo cortam-se as raízes do que, na verdade, é festa, é expressão de vida, sonho e liberdade” (ARANTES, 1982, p. 20). Sobre este assunto Oliveira (2006, p. 128) leva em consideração que:

Na era dos meios de comunicação de massa a subjetividade é perpassada por jogos semióticos que resultam em balizamento do pensar, do agir econômico, político e interpessoal. Interferindo nos domínios mais íntimos da vida privada os Meios de Comunicação Social modulam vontades, desejos, angústias e anseios, mobilizando diversas formas de práxis e construindo hegemonias.

Neste contexto, a dança para os africanos e afrodescendentes é “[...] a expressão da vida, da liberdade, da alegria, dos sentimentos mais íntimos, da emoção e da existência contra as opressões, racismo e discriminação” (VIDEIRA, 2006, p. 218). O trabalho com a dança é

fundamental no processo de conscientização e de socialização do indivíduo. Sempre esteve presente nas sociedades tradicionais africanas e a prática foi mantida pelos africanos que foram trazidos para o Brasil. Segundo Sousa (s/d, p. 68) “Tocar e dançar, além de terem sido formas de preservação de parte da cultura africana na diáspora, foram também práticas imprescindíveis para que aqueles homens e mulheres mantivessem sua humanidade”. Assim, essas práticas são partes do processo de resistência dos negros e não somente exercícios artísticos e de diversão, mas foi utilizada como um instrumento na construção da identidade grupal, de crítica, e na manutenção dos valores e visões de mundo (IKEDA, s/d).

Neste sentido, a abordagem sobre história e cultura africana e sua relação com a educação juazeirense tendo como foco o estudo dos grupos de reisado destaca a dança enquanto um elemento importante para a ressignificação do ensino de base africana neste município, trata-se da luta pelo reconhecimento de uma história que se encontra incorporada em nós mesmos, trata-se da possibilidade de entendermos a nossa cultura, a de nossos ancestrais, de cada um se conscientizar e se envolver com a sua própria história-étnica, não descartando as relações de poder, a violência simbólica que se encontram presentes no espaço nos quais estamos inseridos.

Vale salientar que o corpo que dança é considerado aqui como uma “[...] realidade sagrada, lúdica e resistente [...]” (ALVES, 2006, p. 39). Entender o contexto da dança afrodescendente é refletir sobre a realidade de pessoas que através dessa linguagem “[...] expressam sua vida, seus valores, suas crenças, sua resistência [...]” (*id. ibid.*, p. 41). É nesse contexto que apresentamos uma nova proposta pedagógica pautada na valorização da diversidade étnica e cultural brasileira.

4. Considerações finais

A pesquisa realizada constatou que o sistema educativo local não possui um levantamento das africanidades e afrodescendências da região, no entanto, apresentamos fatos históricos e cotidianos sobre essa realidade o que chama a atenção para a necessidade de estudos voltados para o entendimento da participação da população africana e seus descendentes nessa localidade. Tal necessidade se justifica pela constatação da ausência destes conteúdos nos programas curriculares locais.

A reformulação curricular que propomos neste trabalho, deve partir da inclusão na rede de ensino da educação básica de conteúdos referentes ao repertório cultural

afrodescendente. Destacamos aqui, o trabalho com os reisados locais, trazendo as danças de base africana para a escola como uma possibilidade para o aprendizado da cultura e para a afirmação da identidade étnica das crianças e jovens negros/as. Defendemos que a reapropriação cultural produzida pelos grupos sociais excluídos deve compor os temas curriculares das escolas.

5. Bibliografia

ALVES, Teodora de Araújo. **Herdanças de corpos brincantes**: saberes da corporeidade em danças afro-brasileiras. Natal: EDUFRN, 2006.

ARANTES, Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BARROSO, Oswald. **Reis de Congo**. Fortaleza: Ministério da Cultura/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais/Museu da Imagem e do Som, 1996.

_____. **Os negros não se deixaram escravizar**: temas para as aulas de história dos afrodescendentes. Texto da disciplina do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará/UFC, 2007.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: O Reisado do rosário no jatobá. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

PEREGRINO, Yara Rosas. Dançando na escola: A conquista de espaço para a arte do movimento. In.: PENNA, Maura (coord.). **É este o ensino de arte que queremos?**: uma análise das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais. João Pessoa: Editora Universitária/CCHLA/PPGE, 2001.

SOUSA, Edileuza de. **Tamborizar**: história e afirmação da auto-estima das crianças e adolescentes negros e negras através dos tambores de congo. Salvador: Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade/Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2005. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Marina de Mello e. Reis e rainhas no Brasil. In.: **História viva**, nº. 3. Ediouro, s/d. Disponível em: <www.historiaviva.com.br>.

SOUZA, Simone de. (org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, dança afrodescendente**: significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Pós-Graduação em Educação Brasileira/Universidade Federal do Ceará – UFC, 2005. (Dissertação de Mestrado).